

# ***Quando a Pedagogia tornou-se “do oprimido”***

## ***Quando a Educação tornou-se “popular”***

*Carlos Rodrigues Brandão*

### ***0. preâmbulo***

Este pequeno artigo de improviso, e talvez seja o meu último escrito sobre a educação popular, depois de tantos anos, tantos diálogos, tantas buscas, tantas perguntas e apenas algumas respostas sempre efêmeras, é dedicado a Oscar Jara.

Este amigo com quem comparto a ventura e a aventura de ser um educador popular “dos velhos tempos” (eu, bem mais velho do que ele), um dia e sem maiores introduções me formulou esta pergunta: “afinal, quando a educação popular começou a ser chamada de “educação popular?””. Eu não sabia. Nunca soube e resolvi fazer então a pequena e sumária pesquisa de que resulta o que está escrito e transcrito nas linhas abaixo. Pesquisei recorrendo ao que lembrei e ao que tinha em mãos, aqui em minha casa. Creio que a respeito de sua pergunta eu continuo não sabendo o que eu não sabia. Mas acredito que agora eu não-sei um pouco menos. O que de acordo com Paulo Freire bem poderia ser o caminho da consciência do saber.

A Oscar Jara caberá ler o que está escrito aqui. E a ele, depois de ler, caberá a minha pergunta: “e já que nós dois seguimos não sabendo quando a educação popular passou entre nós a ser chamada de “educação popular”, por que é que você não leva adiante a sua pergunta e não continua a pesquisa?”

### ***1. Entre a poesia de cordel e a educação popular – uma semana para não esquecer***

Recordo uma vez mais o que está escrito Acima. Este escrito não pretende ser um artigo ao estilo acadêmico. E tampouco pretende esgotar coisa alguma. Consultarei aqui a bibliografia ao meu alcance e deixarei a outros a tarefa de uma pesquisa mais sistemática, inclusive dos livros, artigos e entrevistas de Paulo Freire, no que toca a questão que aqui mais sonho levantar e desenhar do que propriamente analisar a fundo. Este é um artigo de memórias e fragmentos e, não, uma tese sobre eventos e teorias. Relembrarei fatos que vivenciei ou sobre os quais ouvi ou li, e trarei até estas páginas apenas alguns dentre os inúmeros dados e fatos já bastante conhecidos ou não.

E já que estamos em busca de possíveis respostas nem sempre fáceis de serem perguntadas, sugiro que comecemos com alguma poesia. E poesia popular do Nordeste

do Brasil, ao gosto de Paulo Freire. Aqui que alguns fragmentos de uma “poesia de cordel” nos enunciará aqui, terá acontecido, imagino, em algum ano entre 1982 e 1984. Paulo Freire havia regressado com a família ao Brasil e vivia em São Paulo repartindo a sua vida entre a presença ativa junto a movimentos populares, e as atividades que viveu em duas universidades, a *Universidade Católica de São Paulo* e a *Universidade Estadual de Campinas*, onde nos reencontramos e compartimos anos de partilha de perguntas e respostas.

Ora, foi então que cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, no centro do semi-árido, no Nordeste do Brasil anunciava uma Semana de Arte e Filosofia<sup>1</sup>.

*De 1 a 8 de maio  
Mossoró tem alegria  
de receber todo o povo  
que pensa em democracia,  
que é quando a terra se irmana  
pra promover a Semana  
de Arte e Filosofia.*

Duas estrofes abaixo pela primeira vez no longo “programa”, todo ele em “cordel” pela primeira vez a palavra “popular” vai aparecer escrita. Mas ainda não associada à palavra que deverá nos acompanhar aqui: “educação”. Popular aparecerá com a inicial maiúscula anunciando um “movimento” que, como tantos outros, dedica-se à “Cultura Popular”. Este dado é bastante importante, porquanto ele se repetirá em outros documentos, alguns deles bastante anteriores, vindos do começo dos anos sessenta.

*Sobre a Arte da Semana  
é o MECA que vai voltar:  
Movimento de Extensão  
da Cultura Popular,  
que é pra poder resistir*

---

<sup>1</sup> O programa oficial do evento é de autoria do cordelista Crispiniano Neto e tem este título: *Nossa Segunda Semana de Arte e Filosofia – programa oficial*. Foi impresso com 16 páginas pela ASTECAM, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, sem indicação de data. Presumo que o ano terá sido 1982.

*a quem quer nos invadir  
pra nossa arte matar.*

Devo antecipar aqui um fato já bastante conhecido, mas cuja memória neste exercício de quase “arqueologia da educação popular” é relevante. Paulo Freire, após abandonar uma recém-iniciada carreira como advogado e após haver trabalhado por anos no SESI, em Pernambuco, ingressou através de concurso público na então *Universidade do Recife*, hoje *Universidade Federal de Pernambuco*. Ele vinculou-se a um *Serviço de Extensão Universitária*. Será ali e, através do SEC, que ele e a sua primeira equipe de educadores irão realizar em Angicos – não muito longe de Mossoró, no mesmo Rio Grande do Norte – a primeira experiência de alfabetização com o uso do “Método Paulo Freire de Alfabetização”. É desde o Nordeste do Brasil que emergem e se difundem os primeiros movimentos de cultura popular. E é no Recife que Paulo e sua “equipe nordestina” realizarão o *Primeiro Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular*.

O programa da “semana” prossegue anunciando em versos, dia a dia, cada acontecimento, entre palestras, mesas redondas, oficinas, cursos e espetáculos públicos nas praças. E será apenas na página 4 que pela primeira vez “Educação Popular” irá aparecer. Relembro, estamos no começo dos anos 80, e em 1982 extingue-se o período dos governos militares no Brasil. E noto que o tema da *Semana de Filosofia* é “*Filosofia e Educação popular*”.

*Sábado 02/5 - manhã – 8.00 às 12.00 hs.*

*Neste horário vamos ter  
um painel para mostrar  
todas as experiências  
de Educação Popular  
antes de sessenta e quatro  
quando o Brasil foi teatro  
de cenas do libertar.*

Na tarde deste mesmo sábado o programa anuncia um breve curso que eu ministrei sobre “O sistema Paulo Freire de Alfabetização”<sup>2</sup>.

*Então, na parte da tarde  
professor Carlos Brandão  
no sistema Paulo Freire  
de alfabetização  
vai dar um curso e mostrar  
como alfabetizar  
visando a libertação.*

A sexta-feira, dia 8 de maio concentraria o momento mais aguardado da Semana. Paulo Freire estaria presente e ele é anunciado assim.

*E como na sexta-feira  
Ninguém tem mais paciência  
Então pensamos em ter  
Uma atração de potência  
E resolvemos botar  
Paulo Freire pra contar  
Sua vida e experiência.*

E Paulo Freire deveria voltar na noite da mesma sexta-feira. Sua fala foi verseqüentemente anunciada desta maneira, umas duas estrofes acima daquela em que com festa, “forró” e alegria anunciava-se o encerramento da Semana.

*À noite, de oito às nove  
tem Paulo Freire de novo,  
num debate em tema aberto  
do tipo mesmo que eu louvo  
pois sei que ele vai falar  
num jeito de libertar*

---

<sup>2</sup> Este curso durou quatro dias, foi dado em um cinema local para cerca de 400 pessoas. Dele derivou o livro *O que é o Método Paulo Freire*.

*a consciência do povo.*

...

*Agora é encerramento*

*sem choro e sem traje preto*

*nosso final é feliz.*

*Pra bagunçar o coreto*

*vai ter um forró dos nossos*

*desenferrujando os ossos*

*balançando o esqueleto.*

O final da Semana não foi tão feliz o quanto se esperava. Coube a mim anunciar, diante de cerca de mil participantes, que por causa de uma crise de labirintite Paulo Freire não poderia viajar e estar presente.

## **2. A Cultura Popular e a presença da primeira equipe de Paulo Freire**

Em Mossoró estamos nos anos 80 e a expressão *Educação Popular* (ora escrita com iniciais maiúsculas, ora minúsculas) já era escrita e pronunciada nos mais diversos cenários culturais com bastante frequência desde a década anterior. E, pouco a pouco, entre os anos pioneiros e o período pós-ditadura militar, a expressão *Educação Popular* afasta-se das duas palavras que a antecederam por mais de uma década, que a abrigaram e das quais ela derivou em linha direta: *Cultura Popular*.

Sabemos bem datas e documentos em que uma proposta de ação política através da *Cultura Popular* surge. No entanto quando, em que ano, onde e em qual documento *Educação Popular* aparece enunciada pela primeira vez? Que outras palavras e expressões duais ela encontra em seu caminho? Com quais ela se confronta? Quais outras ela substituiu? E com quais outras a educação popular, entre sinônimas e parceiras, compartiu e segue compartilhando um mesmo horizonte? Um horizonte de imaginários desenhados por palavras como: “conscientização”, “politização”, “libertação”, “transformação”, “revolução”, “emancipação”. Um horizonte a ser atingido através de um confronto ou mesmo uma luta de classes, que em termos freireanos pensa a educação como cultura, e a cultura como política.

Ora, se estamos em busca do acontecer de duas palavras pronunciadas juntas - *educação popular* - e se procuramos momentos, falas ou documentos em que ela

começa a aparecer entre nós, talvez o melhor seja começar por procurar onde ela não está. Ou seja, percorrer um caminho em que, durante longos passos e largos trechos ela é dita através de outras palavras e expressões.

Osmar Fávero reuniu em um livro histórico os primitivos escritos da primeira equipe de trabalho de Paulo Freire, naquilo que mais tarde veio a ser chamado de... “educação popular”. O título do livro, publicado no Rio de Janeiro em 1982 já é bastante indicador: *Cultura Popular educação popular – memória dos anos 60*. Notemos que as duas expressões aparecem juntas no título do livro, sem um “e” entre elas que as separe e aproxime. No entanto, poderia causar espanto o fato de que no “sumário” que lista os documentos vindos quase todos dos anos 60 e, em maioria, anteriores a 1964 - o ano da eclosão da ditadura militar no Brasil e do exílio de Paulo Freire ao lado de um sem número de outros militantes das “causas populares” - em nenhum dos títulos de documentos e artigos de então o nome “educação popular” estará presente.

O livro-documento é dividido em seis partes, e todos os oito documentos da parte: “ideias geradoras” mencionam a “cultura popular”. Exemplos: *AP/Cultura Popular*<sup>3</sup>; *A questão da Cultura Popular*; *CPC da UNE/ Manifesto de 1962*<sup>4</sup>; *CPC de Belo Horizonte – O que é Cultura Popular*.

Um dos conjuntos do livro envolve os primeiros artigos publicados em conjunto pela equipe pioneira de Paulo Freire. Os documentos originais estão na parte “Sistema Paulo Freire” e são os seguintes os seus títulos: *Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo*, escrito por Paulo Freire; *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*, escrito por Jarbas Maciel; *Educação de adultos e unificação da cultura*, escrito por Jomard Muniz de Brito; *Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire*, escrito por Aurenice Cardoso. Neste último artigo o “Método Paulo Freire de Alfabetização” é descrito em detalhes.

Chamo de passagem a atenção de quem me leia a uma dupla vinculação de Paulo Freire. Algo, de resto, bastante comum entre “militantes da cultura popular” nos anos 60. Ele estava profissionalmente vinculado a uma instituição governamental, a *Universidade do Recife*, e trabalhava no seu *Serviço de Extensão Comunitária*. Mas ele

---

<sup>3</sup> AP é a sigla de *Ação Popular*, o braço político saído da *Ação Católica* e que, fundado pouco antes da chegada dos governos militares, tornou-se um movimento clandestino e fortemente reprimido pelos militares.

<sup>4</sup> CPC é a sigla de *Centro Popular de Cultura*, os centros que realizavam ações populares, envolvendo música, cinema, teatro, literatura e também a alfabetização de adultos. Eram associadas aos *MCPs – Movimentos de Cultura Popular*. Recordemos de novo o *Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular* de janeiro de 1962, organizado por Paulo Freire e seus companheiros.

se reconhecia como um integrante e militante dos *Movimentos de Cultura Popular*. No presente artigo ele reconhece que

*Foram as nossas mais recentes experiências de, há dois anos no Movimento de Cultura Popular do Recife, que nos levaram ao amadurecimento de posições e convicções que vínhamos tendo e alimentando, quando, jovens ainda, iniciamos os nossos contatos com proletários e subproletários, como educador<sup>5</sup>.*

Mas tarde, e meses antes do golpe militar no Brasil, Paulo Freire e sua primeira equipe foram convidados pelo *Ministério da Educação* para gestarem uma grande “campanha de alfabetização” em todo o Brasil.

O documento escrito por Paulo Freire é o mais denso e filosófico dentre os quatro da equipe pioneira. Ele se baseia em autores como Karl Jaspers e Gabriel Marcel, pensadores que uma leitura marxista chamaria de “idealistas”. Pensadores entre Marx e Gramsci irão aparecer de *Pedagogia do oprimido* em diante, sem que Paulo abandone a hábito de transitar com liberdade entre pensadores das mais diversas tendências. No presente artigo a palavra educação associa-se à situação de “trânsito” de um modelo de sociedade para outro, e vem escrita pela primeira vez no seguinte parágrafo.

*A educação, por isso, no trânsito em que vivemos, se faz uma tarefa altamente importante. A sua instrumentalidade decorrerá sobretudo da capacidade que tenhamos de nos integrar como o trânsito mesmo. Dependerá de distinguirmos lucidamente – no trânsito – o que esteja nele, mas não seja dele, do que, estando nele, seja realmente dele<sup>6</sup>.*

Páginas adiante pela primeira vez a palavra “educação” aparecerá acompanhada de um qualificador. Vejamos como.

*De sua posição inicial de intransitivização da consciência, característica da imersão em que estava, (o povo) passou, na emersão que fez, para um novo estágio – o da transitivização ingênua. Da transitivização ingênua, não involuindo para o estágio anterior, ou se*

---

<sup>5</sup> Na página 111.

<sup>6</sup> Está na página 103 do livro organizado por Osmar Fávero e o grifo na palavra *dele* é de Paulo Freire.

*promoverá para a transitivação crítica ou se distorcerá para a fanática.*

*Parece-nos que esse é hoje, no trânsito brasileiro, um dos mais fortes desafios a cientistas sociais, a homens públicos, a religiosos, a educadores.*

*A inserção a que nos referimos resultará na promoção da transitivação ingênua para a crítica.*

*Daí a necessidade de uma educação altamente criticizadora. De métodos educativos ativos.*

*Por isso mesmo, a educação de que precisamos, em face dos aspectos aqui apontados e de outros implícitos nas várias contradições que caracterizam o trânsito brasileiro, há de ser a que liberte pela conscientização. Nunca a que ainda mantemos em antinomia com o novo clima cultural – a que domestica e acomoda. A que comunica e não a que faz comunicados<sup>7</sup>.*

A “IIª Parte” do depoimento de Paulo Freire é toda dedicada a propor e pensar o modelo de educação estabelecido no *Sistema Paulo Freire de Educação*. Um sistema totalizante que, sem ainda falar ainda em uma “educação popular”, propõe em uma de suas fases a criação de uma “universidade popular”. A proposta de tal Sistema é apresentada no artigo de Jarbas Maciel<sup>8</sup>.

Dentre todos os movimentos de cultura popular entre 1960 e 1966, apenas um incorporava a expressão “educação popular” em seu título. Ele vinha associado à “campanha de alfabetização” a que se dedicavam educadores populares da Paraíba. E é ao nomeá-la de passagem que pela primeira vez as palavras associadas que estamos buscando aparecem em um documento público de Paulo Freire. A “campanha” da Paraíba era então assessorada pela equipe de Paulo Freire.

*Por outro lado antes mesmo desta fase, preparamos um grupo de jovens que compõem a Campanha de Educação Popular de João*

<sup>7</sup> Está nas páginas 110 e 111. A palavra “povo” entre parênteses é minha, pois ela vem do parágrafo precedente e sem ela o seguinte poderia ficar sem sentido.

<sup>8</sup> Escrevi um longo artigo em que depois de descrever o que foram as propostas pioneiras de Cultura Popular no Brasil, reporto-me ao texto de Jarbas Maciel para lembrar a quem me leia que ao contrário do que imaginam muitos, a equipe pioneira da SEC não propôs apenas um “método de alfabetização”, mas todo um sistema de educação, de que o ‘método era apenas um instrumento. Ver: *Paulo Freire - cultura, educação e universidade*, indicado na bibliografia ao final.

*Pessoa, Paraíba, que, aplicando naquela cidade o método, conseguiram os mesmos resultados.*

Ora, no segundo artigo dos quatro da equipe, Jarbas Maciel apresenta o *Sistema Paulo Freire de Educação*. Devo lembrar aqui o fato de que, ainda sem utilizar a expressão “educação popular”, a equipe do SEC propõe como uma das etapas essenciais do “Sistema” a criação de uma “universidade popular”. No parágrafo a seguir a educação irá aparecer junto a qualificadores correntes na época, e ainda sem o teor de radicalidade de escritos posteriores.

*A alfabetização deveria ser – e é – um elo de uma cadeia extensa de etapas, não mais de um método para alfabetizar mas de um sistema de educação integral e fundamental. Vimos surgir, assim, ao lado do Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, o Sistema Paulo Freire de Educação, cujas sucessivas etapas – com exceção da atual etapa de alfabetização de adultos – começam já agora a ser formuladas e, algumas delas, aplicadas experimentalmente, desembocando com toda a tranquilidade numa autêntica e coerente Universidade Popular<sup>9</sup>.*

Trago aqui um momento em geral tornado opaco pela maioria dos estudiosos dos primeiros tempos da educação popular no Brasil. Ele nos vem a partir do depoimento de Jarbas Maciel, ao apresentar pela primeira vez o *Sistema Paulo Freire de Educação*. Uma leitura de diferentes autores dialéticos e revolucionários, entre Marx, Lenin (citado por Jarbas Maciel em uma nota de rodapé no presente artigo), Gramsci e marxistas latino-americanos e brasileiros, destinada a estabelecer os fundamentos de uma ação emancipadora, foi tardia em Paulo Freire e sua primeira equipe. De outra parte, uma aproximação posterior sobretudo a leituras de Marx e Gramsci – também muito usual entre nós, “militantes cristãos de esquerda” - não significou uma adesão a uma ação política segundo as propostas e o estilo de militantes e dos movimentos revolucionários comunistas.

Assim, de uma forma algo surpreendente, Jarbas Maciel – acredito que com a aprovação de Paulo Freire – faz uma confissão de fé até mais explícita do que a que

---

<sup>9</sup> Na página 130. Todas as palavras grifadas são de Jarbas Maciel.

aqui e ali acompanhava os documentos do *Movimento de Educação de Base*, uma instituição confessional, católica e resultante de um acordo entre o Governo Federal e a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. Vejamos o que escreve Jarbas Maciel.

*Dado que a democratização depende, como todo fenômeno cultural, da comunicação, e que esta, por sua vez, admite graus, é válido perguntar se aquela também admite graus.*

*A democratização da cultura, de fato admite graus.*

*O grau máximo de democratização é o Cristianismo. Daí o seu caráter essencialmente revolucionário. Deve partir daí a verdadeira práxis cristã.*

*O homem, diante da natureza, que ele conhece, está inserido na posição de sujeito. Mas, como vimos, está diante também de outros homens – isto é, de outros tantos sujeitos – com os quais está em relação, com os quais se intercomunica e, acrescentemos agora, com os quais deve, para isso, amar. É este o significado antropológico do “amai-vos uns aos outros”, do Cristo<sup>10</sup>.*

Bem mais adiante retomo este tema através de uma longa passagem de Paulo Freire em uma entrevista. Tal como em outros diferentes documentos dos anos 60, é através da cultura e é em nome de uma transformação democratizadora da cultura, por meio de um trabalho de teor político emancipador, realizado como *Cultura Popular* (com iniciais em maiúsculas), que deveria haver lugar para uma ação pedagógica integral, ativa, conscientizadora, emancipadora, mais adiante qualificada como *libertadora* e, mais tarde ainda, como *popular*. É como e através da cultura que a educação atua. Será, portanto, através de uma “nova cultura” e em seu nome que uma “outra educação” deverá ser realizada.

*A relação entre educação e cultura popular salta clara, também à luz desta análise.*

*O homem, “fazendo” cultura, comunica e transmite conhecimento de geração a geração. Radica aí, precisamente, o caráter ideológico fundamental de todo processo educativo.*

---

<sup>10</sup> Está na página 137. Os grifos são do autor.

*Podemos definir, então, educação em termos de nossas análises anteriores: a instrumentalização do homem, pela democratização da cultura.*

...

*O homem, instrumentalizado pela educação, está apto a continuar a educar-se a si mesmo e por si mesmo, no contato com a cultura e com os outros homens, aprendendo a conduzir-se a si mesmo, a ser sujeito de si mesmo, a desalienar-se enfim<sup>11</sup>.*

Ao buscar um nome para uma “nova educação”, Jomard Muniz de Brito coloca entre aspas uma “educação de massas”, e explica em uma nota de rodapé que toma a expressão “no sentido que Karl Mannheim atribui, no seu livro *Diagnóstico de nosso tempo*<sup>12</sup>. Noto que na mesma direção de Paulo Freire e de outros educadores militantes dos movimentos de cultura popular, em seu artigo estará presente uma oposição-convergente entre saberes do povo e saberes eruditos, acadêmicos ou não. Isto em anos em que, relembro, tanto Paulo quanto os seus companheiros educadores não eram ainda leitores de Antônio Gramsci. Jomard chega a afirmar que uma educação dirigida a camponeses e a proletários pouco teria o que ensinar e apenas poderia dialogar com aqueles que aprendem com suas vidas na “escola do mundo”.

Este pode ser o momento de lembrarmos que em alguns documentos dos primeiros cinco anos da década dos sessenta, a *cultura popular* ora é escrita com iniciais minúsculas, traduzindo como *cultura popular* aquela que é tradicionalmente própria do “povo”, das “massas”, dos “oprimidos”, ora é escrita com iniciais maiúsculas, traduzindo como *Cultura Popular* a nova cultura contra-hegemônica gerada pelo diálogo entre os saberes próprios do povo e os saberes trazidos a ele através de uma educação colocada a serviço do povo e aberta a “saber e atuar, intervir e participar: educação de adultos em sentido de criação, ‘educação cultural’<sup>13</sup>”.

*Conscientização e alfabetização – uma visão prática do sistema Paulo Freire*, de Aurenice Cardoso, encerra a coletânea da primeira equipe do SEC da *Universidade do Recife*. O que está sendo proposto em seu depoimento é um novo “sistema de educação”. Ele leva o nome de seu autor principal, e tal como nos outros três artigos

---

<sup>11</sup> Página 144. Grifos do autor.

<sup>12</sup> Página 149. A nota de rodapé é a de número 4.

<sup>13</sup> Página 152. A expressão “educação cultural” será rara mesmo nos documentos originais dos movimentos de cultura popular.

fundadores não existe nele a expressão “educação popular”, embora em todos os quatro sejam evidentes os fundamentos do que mais tarde veio a nominar esta teoria-e-prática de educação. Em uma passagem de seu artigo sobre o “método de alfabetização”, Aurenice Cardoso defende que aquilo que a equipe do SEC está propondo é, afinal, algo pedagógica e culturalmente situado além dos apenas “métodos ativos” então difundidos por todo o mundo, e chegados à América Latina sobretudo através de educadores europeus e norte-americanos.

*Entendemos, conseqüentemente, que para um sistema ser classificado orgânico, deva, além da organicidade interna, travar relações com a contextura histórico-cultural.*

*Esta relação dialética permite que o sistema, na medida em que se enriquece com as modificações processadas no próprio contexto, se renove.*

*Investigações desta natureza levam o Prof. Paulo Freire a elaborar não só um método ativo, mas um sistema de educação de adultos, que leva os analfabetos não só a se alfabetizar, mas a ganhar consciência de sua responsabilidade social e política. O sistema proporciona ao homem muito mais do que o simples alfabetizar, pois através da discussão de problemas locais, regionais e nacionais, torna-o crítico e o leva posteriormente a se conscientizar e a se politizar<sup>14</sup>.*

### **3. O Movimento de Educação de Base e o básico em sua educação**

Até aqui realizei uma pesquisa sumária entre os quatro artigos “fundadores” de Paulo Freire e de sua primeira equipe de educadores no Nordeste do Brasil.

Talvez dentre todos os dos anos 60, o movimento de cultura popular e de alfabetização e de educação de adultos mais difundido no Brasil, mais presente junto a comunidades populares – sobretudo do mundo rural – e mais persistentemente durador tenha sido o *Movimento de Educação de Base*. Sendo desde a sua origem um movimento confessionalmente católico, o *MEB* acompanha – com dificuldades diante de seu conselho diretor, constituído de bispos - desde o seu início uma vocação popular e francamente emancipatória. Sobre o *MEB* investirão repressivamente, a partir de

---

<sup>14</sup> Página 162. Grifos da autora.

1964, tanto os agentes de controle do governo militar quanto os da própria igreja católica.

A equipe de Paulo Freire estabelece um “sistema de educação” e, mais tarde, uma “pedagogia”, com um primeiro nome que consagra o seu idealizador; “do oprimido”. Pedagogia contestadora a que depois seguirá uma sucessão de outras que a complementam e atualizam: “da esperança”, “da autonomia”, “da indignação”. Em uma direção próxima, o *MEB* surge com a proposta de uma educação... “de base”. Logo em um dos seus primeiros documentos, a tradicional ideia do que seja “de base”, como o essencial para a materialidade de uma vida humana razoavelmente adequada e digna (moradia, saúde, alimentação, educação, transporte, comunicação, previdência, etc.), é estendida a uma dimensão não apenas materialmente social, mas socialmente política. E é nesta direção que sem ainda adjetivar-se como “popular” uma *educação de base* se assume como também “integral”.

*Comumente, se entende por educação de base aquela que proporciona os conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana. Apesar de correta, esta definição não explicita suficientemente o que há de radical na educação de base. Básica é a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa. Daí decorre, como condição primeira, o direito de viver humanamente.*

...

*Se a educação de base pretende dar os conhecimentos mínimos para se viver humanamente, ela não se afirma somente como a educação inicial, mas parte do fundamento último, portanto, princípio primeiro daquilo que torna a própria vida, humana, ou seja, parte do que é mais radical: a própria exigência da pessoa humana de se humanizar.*

...

*Finalmente, poderíamos definir a educação de base integra como o processo que visa à formação do que primeiro no homem, enquanto princípio de um todo tomado em sua globalidade<sup>15</sup>.*

---

<sup>15</sup> Raul Landin Filho, Educação e conscientização (texto de estudo, preparado em outubro de 1963), primeiro artigo da parte dedicada ao Movimento de Educação de Base no livro já mencionado e coordenado por Osmar Fávero. Página 177.

E logo após esta definição de uma educação de base “radical”, o tópico seguinte no texto de estudo de Raul Landin vem com este título: “conscientização”. E no tópico final, aquele que une “educação e conscientização”, podemos encontrar algo em que a presença de Paulo Freire é bastante visível.

*Ora, a educação de base é aquela que visa formar a pessoa humana, princípio e fundamento da própria educação, decorre, pois, como consequência da valorização da pessoa, o dever de exigir um mundo humano<sup>16</sup>.*

Ao lado de um trabalho de alfabetização e de educação de adultos, sobretudo através de escolas radiofônicas, o *Movimento de Educação de Base* gera programas de intercâmbio direto com comunidades e com movimentos camponeses. É então criado desde 1962 um setor de *Animação Popular* (expressão e experiência trazidas do Senegal através do movimento *Peuple et Culture*) e são realizadas algumas experiências de trocas de saberes e de valores e criações culturais em encontros diretos com comunidades e lideranças populares.

Entendia-se então que o “*processo de animação popular*”, como uma forma de mobilização comunitária para além das propostas originárias da *Organização das Nações Unidas* (“*Desenvolvimento e Organização de Comunidades*” – *DOC*) deveria partir da própria comunidade, cabendo aos educadores do *MEB* apenas o apoio e a assessoria no acontecer das atividades locais. Trago este registro porquanto é nesta iniciativa do *MEB* que em um dos seus primeiros momentos a palavra “popular” surge explicitamente associada a alguma forma de ação originada de movimentos de cultura popular.

*Animação Popular é um processo de estruturação de comunidades, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas e no sentido da formação de seus membros como sujeitos.*

---

<sup>16</sup> Página 180. Um crescendo de “conscientização politizadora” como fundamento da educação de base no *MEB* e de uma consequente radicalização de seu trabalho pedagógico gerou dilemas também crescentes junto a setores conservadores da Igreja Católica onde o *MEB* atuava, sobretudo no Nordeste do Brasil.

*A Animação Popular é uma tarefa da comunidade. Faz-se através da transformação de um conjunto de indivíduos, que vivem juntos, em uma interação de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos como membros da comunidade*<sup>17</sup>.

#### **4. Da Cultura Popular à Educação Popular**

Deixemos o *Movimento de Educação de Base* por agora. E antes de deixarmos também o livro organizado por Osmar Fávero e que nos acompanhou até aqui, quero trazer uma passagem do *Relatório da Comissão de Alfabetização*, parte do extenso documento *Resoluções do Iº Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, celebrado no Recife, em Pernambuco, em setembro de 1963. E o trago até aqui para que se note como na ausência ainda das palavras “educação popular”, a alfabetização é associada diretamente à *Cultura Popular*, como um dos seus eixos de ação, tal como teatro, a literatura, a música e outras vocações culturais –<sup>18</sup>.

*Dentro desse contexto, a alfabetização é, legitimamente, uma forma de cultura popular. O trabalho de alfabetização deve, portanto, pautar-se de uma interação cada vez maior com o povo; deve procurar uma identificação tão completa quanto possível com a comunidade onde atua, deve procurar um diálogo crítico que não se fará somente entre o alfabetizador e o alfabetizando, mas principalmente entre este último, propiciando um processo de desenvolvimento cultural dinâmico. Esse trabalho não deverá ser eventual, mas obedecer a uma linha sistemática, a partir de uma perspectiva global de educação, visando uma transformação radical da estrutura vigente*<sup>19</sup>.

Pouco antes de surgir “educação popular” como uma assinatura coletiva do que realizam os participantes de movimentos de cultura popular mais próximos a atividades

---

<sup>17</sup> *MEB/Animação Popular*, sem indicação de autor. Na página 205 do livro organizado por Osmar Fávero

<sup>18</sup> Importante recordar que ao lado de Paulo Freire, outro ativista pernambucano é igualmente um integrante essencial dos movimentos de cultura popular. Augusto Boal, teatrólogo, cria também no início dos anos sessenta e antes mesmo do livro *Pedagogia do Oprimido* o seu “Teatro do Oprimido”. Sua obra completa acaba de ser republicada no Brasil.

<sup>19</sup> *Relatório da Comissão de Estudos sobre alfabetização – 1. Alfabetização e Cultura Popular*, parte do documento: *Resoluções do Iº Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, celebrado ente 15 e 21 de setembro de 1963, no Recife, em Pernambuco. Páginas 139 e 140.

pedagógicas, tal como o *Movimento de Educação de Base*, a palavra “popular” é bastante polifônica. E tudo indica que segue sendo. “Popular” pode traduzir aquilo que, por oposição ou distanciamento do que é “erudito”, é algo criado e vivido por atores e autores das “camadas populares de uma sociedade”. E “camadas populares” depressa vai ser ideológica e politicamente associado a “explorado”, “marginalizado”, “oprimido”, “subalterno”, “o povo” e, mais adiante, a “classe popular” e seus afins: “proletariado”, “operariado”, “campesinato”.

Assim é que serão ora separadas, ora opostas uma “musica popular brasileira – MPB” versus uma “música erudita”. É também com este sentido que se difundem expressões como “saber popular”, “arte popular”, “teatro popular” (muito comum e variado no Nordeste do Brasil), “poesia popular” (como a do cordel nordestino que nos acompanhou aqui). E, vimos já, em plano mais amplo e abrangente: “cultura popular” ou, no plural: “culturas populares”. Cultura ou culturas a que se irão associar como um projeto de ação política através da cultura, a “Cultura Popular” dos *MCPs* e dos *CPCs* dos anos 60.

Notemos que enquanto “cultura popular”, como as diferentes dimensões e variações de culturas próprias do povo tende a ser uma expressão que migra das ciências sociais para ações políticas de vocação popular e emancipatória, não foi usual nos anos sessenta a expressão “educação popular”, significando a esfera ou dimensão propriamente pedagógica dentre as práticas de reprodução e transmissão de saberes levada aos “setores populares” por educadores – professores ou não – vinculados a algum movimento ou centro de cultura popular.

Ainda em uma dimensão próxima, “popular” pode significar o que se cria, preserva, difunde, partilha e transforma em diferentes esferas e por ação de diversos estratos sociais no domínio da sociedade civil, por oposição ao que é criado e controlado diretamente por um poder de estado, ou pelo setor empresarial de uma sociedade. Este é o sentido em que entre cientistas sociais um “ritual popular” separa-se de um “rito de igreja”, ou de uma “cerimônia cívica” em uma mesma festa tradicional de uma cidade. Esta foi também a gramática com que se considerava viável e culturalmente válida uma “medicina popular”, por oposição a uma “medicina oficial” ou “acadêmica”. No entanto, muito embora fossem reconhecidos e até mesmo estudados com interesse crescente modalidades peculiares de um “saber popular” não se associava de maneira consistente e ativa esses “saberes” a alternativas sistemáticas de formas de “endoeducação” ou de “etnoeducação”. Não foi fácil entre nós o reconhecer em meio a

camponeses e operários aquilo que desde fins do século XIX antropólogos facilmente identificavam entre povos, sociedades e nações indígenas.

Não me recordo do uso da expressão “educação popular” para qualificar processos e sistemas autógenos de reprodução de saberes patrimoniais entre pessoas, círculos e comunidades camponesas até onde levávamos as nossas experiências de alfabetização e de educação de adultos, com uma nova e crescentemente radical vocação emancipatória e contra-hegemônica<sup>20</sup>.

Retomando expressões que inclusive no campo da educação e da pedagogia foram empregadas por educadores inovadores em diferentes contextos da história e da geografia da América Latina nas primeiras décadas do século XX, uma “educação popular” podia ser atribuída a processos socioculturais de uma democratização universalizante da educação e da escola, que gratuitas, laicas e efetivamente democráticas deveriam ser ofertadas “a todas as camadas (ou classes) da sociedade”.

E, assim como outros campos de atuação de projetos da *Cultura Popular*, uma *educação popular* deveria ser um trabalho pedagógico colocado a serviço do povo através da cultura. Isto é, colocado a serviço de algo mais do que apenas a regulação de sujeitos do povo, de forma eficiente, competente, produtiva e consumista, no mundo sob a hegemonia do poder e das gramáticas sociais do capital. Deveria ser algo colocado a serviço de uma contra-regulação realizada como sistemas e processos de uma emancipação popular, e popularmente estendida a toda a sociedade, através da ruptura com a cultura hegemônica do capital e com a sociedade que ele cria e que o reproduz.

Ora, tal como vimos acontecer com a “educação libertadora” em Paulo Freire e com a “educação de base” no *MEB*, a junção das duas palavras, para intencionalmente qualificarem uma “educação popular” teria que aguardar o final os anos 60 e a chegada dos densos e difíceis “anos 70”.

### **5. Alguns dados para serem lidos de passagem**

Dos vários documentos reunidos em *Cultura popular educação popular – memória dos anos 60*, e divididos entre os textos pioneiros - os que vão de 61 a 66 - e os textos posteriores, que vão de 67 até o começo dos anos 70, podemos levantar aqui uma

---

<sup>20</sup> Em 1985, ano da grande *Conferência Internacional de Educação de Adultos* em Buenos Aires, Isabel Hernandez coordena um livro com este título: *Saber popular y educación em América Latina*. Uma das instituições que respondem pela edição do livro-coletânea é o CEAAL.

pequena estatística de improviso. Ela será útil apenas para atribuir proporções ao que descrevi até esta página.

Entre os documentos anteriores a 66 apenas dois trazem juntas as palavras “educação popular”. O primeiro dele as reúne em uma expressão então solitária, porque elas compõem o nome da própria instituição: *CAMPANHA de Educação Popular [da Paraíba]. [Livro de leituras e exercícios] s.l (1963) n.p., il.* O outro aparece indicado com uma interrogação na data: “ARY, Zaíra, *Uma experiência de educação popular: Centro de Cultura D. Olegarina*”. *SI, Escola de Serviço social de Pernambuco, 963?, 55 pp.*

Em outra direção, a então consagrada expressão “Cultura Popular” aparecera titulando ou sub-titulando vinte documentos. E eles seriam mais, se somados a expressões também usuais como: “cultura do povo”, “arte popular revolucionária” e outros.

“Educação Popular” irá titular documentos, inclusive livros de autoria e livros de coletânea de artigos, apenas entre o final dos anos 60 e os anos 70. Alguns dos livros de então recebem várias edições ao longo dos anos, o que jamais aconteceu com os documentos pioneiros, à exceção dos livros de Paulo Freire.

Vejamos exemplos, tomando apenas o caso do Brasil e sendo quase todos livros relacionados na bibliografia do livro de Osmar Fávero.

*Educação Popular e educação de adultos – contribuição à história da educação no Brasil*, de Vanilda Pereira Paiva, 1973.

*As atividades em educação popular*, de Aída Bezerra, 1978.

*Os movimentos de educação popular no Brasil*, de Lúcio Kreutz, 1979.

*A cultura do povo, a prática de classe – poema didático sobre a cultura do povo e a educação popular*, de Carlos Rodrigues Brandão, 1980.

*Política e educação popular – experiências de alfabetização no Brasil com o método Paulo Freire*, de Maria Silvia Manfredi. 1981.

*Política e educação popular*, Celso de Rui Beisiegel, 1982.

*Educar para transformar: educação popular – Igreja Católica – política no Movimento de Educação de Base*, de Luiz Eduardo W. Wanderley. 1982.

Fora da bibliografia do livro coordenado por Osmar Fávero, devem ser lembrados aqui dois livros-coletânea de forte repercussão nos anos setenta.

*A questão política da educação popular*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão e editado em 1980. Este livro teve oito edições.

*Perspectivas e dilemas da educação popular*, coordenado por Vanilda Paiva. 1984.

## 6. *Quando a educação enfim se assina... “popular”*

Em 1964 Paulo Freire é exilado. Entre sua estada no Chile e nos Estados Unidos da América ele escreve a mão o seu livro mais conhecido: *Pedagogia do oprimido*<sup>21</sup>. Antes de sua publicação, primeiro em Espanhol e em Inglês e, somente anos mais tarde, em Português, ele publica *Educação como prática da liberdade*. Tanto nestes dois livros de suma importância quanto nos livros que escreverá já quando está em Genebra e no *Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas*, atuando sobretudo na África e junto a ex-colônias de Portugal, Paulo Freire utiliza com frequência “cultura popular”, e fala e escreve utilizando os qualificadores de sua proposta de educação: “libertadora” (em geral escrita “liberadora” em Espanhol), “problematizadora” e “humanizadora”. “educação como prática da liberdade” será também lembrada. Mas não ainda “educação popular”. “Educação popular”, já então emergente e difundida em toda a América Latina entre finais dos anos 60 e começo dos 70, é uma expressão levada a ele, e que Paulo Freire em raras ocasiões incorpora ao seu vocabulário.

Sabemos que após qualificar a sua proposta de educação como “libertadora” e depois dedicar ao seu acontecer páginas de seus livros, o que Paulo Freire cria – e estas palavras estarão quase ausentes nos documentos da equipe pioneira - é uma nova pedagogia. E não será de pequena importância observarmos com atenção como ele a preserva, requalificando-a de livro para livro. *Pedagogia do oprimido*, *Pedagogia da Esperança*, *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Indignação* e mais outras<sup>22</sup>.

No longo capítulo de Paulo Freire no livro que eu coordenei: *A questão política da educação popular*, em suas quatro longas e detalhadas cartas aos “animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe”, publicada originalmente em 1974, ao descrever com uma exaustiva riqueza de detalhes como deveriam ser realizados os

---

<sup>21</sup> No ano de 2014 o *Instituto Paulo Freire* e outras instituições editaram o *Pedagogia do Oprimido* em uma apresentação fac-similar, tal como escrita por Paulo Freire durante o exílio. Algumas diferenças importantes entre este original e os livros editados nos Estados Unidos da América, na América Latina e no Brasil, devem ser notadas. No livro escrito a mão estão presentes inclusive alguns esquemas desenhados por Paulo e não constantes do livro impresso.

<sup>22</sup> *Pedagogia da Indignação* e outros já serão livros póstumos, organizados a partir de escritos inéditos de Paulo Freire por sua esposa, Ana Maria Freire.

“círculos de cultura” em seus trabalhos conscientizadores, alfabetizadores e pós-alfabetizadores, através da ação de seus “animadores”, Paulo não utiliza nem as palavras *pedagogia do oprimido* e nem *educação popular*<sup>23</sup>.

Assim, antes que surja e se difunda a “educação popular” encontramos entre nós, no Brasil e em toda a América Latina, as seguintes modalidades de vocações da educação.

7. *Educação de Adultos* (mais tarde *Educação de Jovens e de Adultos*)
8. *Educação Permanente*, que tal como a anterior era patrocinada diretamente pela UNESCO<sup>24</sup>.
9. *Educação de Base* – a variante pedagógica do *Movimento de Educação de Base* e que de forma crescente reconhecia uma filiação “freireana”.
10. *Educação Libertadora* (Educação como prática da liberdade) de vocação freireana e criada por Paulo Freire em oposição ao que ele denominava Educação Bancária<sup>25</sup>.

Estamos na segunda metade dos anos 60. Os governos militares impõem ao Brasil um sistema ditatorial sem precedentes, e a educação é uma das áreas mais vigiadas. Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Ernani Maria Fiori, Francisco Wefford, Marcos Arruda e um grande número de outros militantes de causas populares dentro e fora do âmbito da cultura e da educação popular foram presos e/ou exilados. Uma parte significativa deles torna-se clandestina e vincula-se a algum dos movimentos armados de luta contra a ditadura. Entre eles deve ser lembrada aqui a *Ação Popular*, derivada da *Ação Católica* e que se tornará a fração mais ativamente política e resistente de militantes cristãos.

Outros militantes que permanecem no Brasil vinculam-se a novos movimentos sociais de vocação popular, entre sindicatos nascentes sobre as cinzas dos que foram desarticulados pelo regime militar, e associações que pretendem levar adiante, ao longo

---

<sup>23</sup> As quatro cartas aos animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe, estão entre as páginas 136 e 195, de *A questão política da educação popular*.

<sup>24</sup> Um dos educadores da UNESCO durante os anos sessenta no Brasil foi Pierre Furter. Vinculado à proposta de *Educação Permanente*, Furter aproximou-se da equipe nordestina de Paulo Freire e foi fortemente influenciado pelas ideias pedagógicas então nascentes. Deixou escrito em Português um livro e no mesmo número 4 da revista *Estudos Universitários* em que são publicados os estudos pioneiros de Paulo Freire e de sua equipe, Pierre Furter escreveu o artigo: *Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro*.

<sup>25</sup> Recomendo com insistência a leitura de um antigo e essencial artigo de Aída Bezerra, ex-educadora do MEB. Com o título: *as atividades em educação popular* ele foi publicado no *Suplemento CEI n. 22* de outubro de 1978. Este artigo é um dos que com maior fidelidade retrata o perfil da *educação popular* e desenha um quadro de variantes de projetos de educação então vigentes no Brasil. De igual importância é o estudo de Beatriz Bebianno Costa: *Para entender uma prática em educação popular*, publicado em coedição pela Editora VOZES e NOVA, em 1981.

dos novos e duros tempos de controle militar, as propostas originais dos Movimentos de Cultura Popular. Em 1966 uma facção de prelados conservadores controla o Conselho Diretor do *Movimento de Educação de Base*. Os educadores da “Equipe Nacional” são sumariamente demitidos e durante anos o *MEB* perderá suas características originais, recuperando-as em alguma medida apenas após a “abertura política” processada no Brasil com o trânsito da ditadura militar para uma democracia relativa, na aurora dos anos 80. Justamente o ano do retorno de Paulo Freire e de vários outros educadores-militantes exilados.

Logo adiante estarei falando sobre o *ISAL*. Se agora o antecipo aqui é para trazer dele a sua revista *Cristianismo y Sociedad*. Chamo a atenção de quem me leia para o fato de que já em 1972, em seu número 29/30, ano X, *Cristianismo y Sociedad* publica na sessão: *Documentos*, uma entrevista longa com Paulo Freire (então no exílio e sendo entrevistado na Europa), *Paulo Freire – educación para um despertar de la consciência*. E também uma convocatória para o *Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo*.

Em sua longa entrevista à revista *Risk*, e depois traduzida e incorporada a *Cristianismo y Sociedad*, Paulo Freire fala de uma “educação para a liberdade” (pg. 76) e de uma “educação libertadora”. De passagem, desejo transcrever aqui duas passagens breves de sua entrevista. E o faço como um recorte em nosso percurso, inclusive porque sendo entrevistado em um contexto cristão, Paulo associa (pela primeira vez de forma pública, a meu ver) uma *educação libertadora* a uma *teologia da libertação*.

Vejamos.

*É por isso que eu falava de arqueologia do conhecimento. Ao invés de transferir o conhecimento atual é necessário convidar a consciência a assumir uma atitude ativa sem a qual é impossível criar conhecimento. Mas isto não está acontecendo na escola primária... e na universidade acontece o mesmo, o que implica uma mitologia da realidade, porque somente uma educação libertadora (em Espanhol no original a palavra é “liberadora” – CRB) desmistoliza a realidade enquanto a educação domesticadora mitologiza a realidade, não?<sup>26</sup>. Eu creio que minha atitude não pode ser a atitude de um homem vazio esperando ser preenchido pela palavra de Deus. Eu creio que se*

---

<sup>26</sup> Está na página 82 de *Cristianismo y Sociedad*. Deixei a tradução pouco usual em Português “desmistoliza” e “mitologiza”, em lugar de “desmistifica” e “mistifica”, por me parecerem mais fiéis ao pensamento de Paulo.

*queremos escutar esta palavra é necessário para mim que eu esteja inserido no processo de libertação do homem. Por isto eu creio que a teologia deveria estar comprometida com a educação libertadora, e uma educação libertadora com a teologia*<sup>27</sup>.

Esta breve, mas eloquente passagem nos deve remeter a uma questão até aqui sempre entre opaca e obscura. Teria sido Paulo Freire um humanista cristão nem sempre declarado e assumido, como os tantos educadores cristãos com quem ele dialogou durante toda a sua vida? De igual maneira, teria ele sido um marxista ou um “marxiano” igualmente nunca assumido, mesmo havendo dialogado ao longo de sua vida tanto com Marx, Lenin, Gramsci e outros pensadores marxistas, quanto com educadores e políticos revolucionários marxistas e comunistas?

Uma antiga e hoje quase esquecida entrevista de Paulo Freire talvez constitua um dos momentos mais esclarecedores sobre esta questão. Algo que acompanhou várias e vários de nós, militantes originários da Ação Católica e, depois, “cristãos da diáspora” ou pessoas já por inteiro afastadas da fé e dos imaginários cristãos, e, igualmente, leitores costumeiros de autores e educadores marxistas.

Em 1978 em Genebra Paulo Freire dialoga longamente com Lilia Chiappini Moraes Leite, da Universidade de São Paulo. O “encontro com Paulo Freire” foi publicado entre as páginas 47 e 75 da revista *Educação e Sociedade* nº 3, de 1979. Transcrevo aqui toda a parte final da entrevista pelo que ela contém de pessoalmente revelador.

*L. (Lígia) – No fundo eu quero te perguntar até que ponto hoje você é mais marxista do que era na época de Pedagogia do Oprimido.*

*P. (Paulo)*

...

*- Talvez eu pudesse dizer, repetir o que tenho dito em certas entrevistas, que eu acho que expressa bem a minha experiência; é o*

---

<sup>27</sup> Página 83. Uma vez mais traduzi a palavra “liberadora” por “libertadora”, por saber que Paulo Freire em Português utilizava esta segunda palavra. Em diferentes documentos em ambas as línguas eu encontrei as duas palavras como sinônimas.

*seguinte: indiscutivelmente eu fui, na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar me remete a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: “Olha, Paulo. Vem cá, você conhece Marx?”. Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu começo a me surpreender com alegria, por ter encontrado Marx entre camponeses e operários. Quer dizer, certo tipo de análise, como aquela do meu pedagogo que eu citei no começo (da entrevista – CRB), em que ele me chamava a atenção para as coisas materiais em que a sua consciência se formava e se reformava... Comecei a ver uma certa racionalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei a ver: puxa, esse cara é sério!*

*Não quero dizer que eu hoje sou um “expert” em Marx, ou que eu sou marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério alguém ser marxista. É preferível dizer que eu estou tentando tornar-me. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-me um cristão.*

Ora, antes de haver o CEAAL, um outro movimento que incorporava também o que veio a ser a *educação popular* precisa ser lembrado aqui. Fruto de uma aliança ecumênica entre cristãos católicos e protestantes em vários países da América Latina criam-se unidades do ISAL – *Iglesia e sociedade en América Latina*. Como parte de suas atividades, a instituição representante de ISAL no Brasil, o *Centro Ecumênico de Informação*, depois CEDI – *Centro Ecumênico de Documentação e Informação*, deu início a um pequeno projeto de difusão da *educação popular* (já então com este nome estabelecido entre nós) ao lado de propostas culturais e pedagógicas de Paulo Freire em países não submetidos a regimes ditatoriais, e com representações consolidadas de agentes de pastoral (religiosos e leigos) vinculados a projetos emancipatórios. Setores de igrejas e movimentos cristãos associados à nascente *Teologia da Libertação*, às *Comunidades Eclesiais de Base* e a projetos emancipatórios. Bem mais do que os *Movimentos de Cultura Popular* no Brasil dos anos 60, são esses movimentos sociais de vocação popular – entre grupos de igreja, da universidade, de movimentos populares ou

de outras pequenas associações de educadores-militantes laicos e extra-academia - que agora em praticamente toda a América Latina dos anos 70 irão cunhar e tornar predominante entre nós o nome, o ideário diretamente derivado das ideias geradoras de Paulo Freire, e o nome: “educação popular”

Retorno ao *ISAL*. Uma equipe de educadores populares brasileiros, á qual eu, então um estudante de psicologia me vinculo no começo de 1969, assume a tarefa de realizar viagens a diferentes países da América Latina com o propósito de reunir-se com educadores militantes ao redor da *educação popular*, das propostas de Paulo Freire, assim como de seu “método de alfabetização”.

Durante os anos entre 1969 e 1972 realizamos, em duplas ou em pequenas equipes de três pessoas, viagens que se iniciaram com um encontro em Buenos Aires em gelado julho de 1969. Como resultado de tais encontros que iam de diálogos ao redor da então nascente “educação popular” até pequenas aulas didáticas sobre “como trabalhar com o Método Paulo Freire de Alfabetização”, nós acolhemos a tarefa de produzir pequenos documentos de estudo. Aqui e ali eles eram mimeografados precariamente e compartilhados entre educadores populares de Buenos Aires a comunidades andinas do Peru e do Equador.

Surgiu então a ideia de que os documentos escritos originalmente por mim e revistos depois (severamente) por uma equipe constituída por Beatriz Bebiano Costa, Jether Pereira Ramalho e Elter Dias Maciel, fossem transformados em um livro. Assim foi feito ao longo do ano de 1972. Em uma reunião de *ISAL* em Montevideú resolvemos que o livro seria publicado na Argentina pela *Editora Tierra Nueva*. Constatamos que seria temerário um tal livro sair com o meu nome, em anos de ditadura no Brasil. De comum acordo, Júlio Barreiro, um membro de nossa equipe, advogado militante, professor da *Universidad de la República* e também teólogo uruguaio, cedeu o seu nome para a edição do livro.

Ele acabou sendo publicado pela *Editora Siglo XXI* da Argentina em 1974, com um nome em que finalmente a “educação popular” é escrita com todas as letras: *Educación Popular y proceso de concientización*<sup>28</sup>. Noto que a “presentación” escrita por Júlio Barreiro é de setembro de 1973. Finalmente, em 1980 o livro é publicado pela *Editora VOZES*, no Brasil e eu saio como seu tradutor do Espanhol.

---

<sup>28</sup> Este livro foi editado na Argentina até a ocasião do golpe militar. Passou então a ser publicado pela mesma editora no México e, mais tarde, na Espanha. Até onde sei ele chegou à 16ª edição. Em 1978, “traduzido” para o Português o livro foi publicado em Portugal, com o título: *Educação Popular e processo de consciencialização*.

No entanto, de modo algum nossos escritos do final dos anos 60 e o livro depois publicado instauram uma “educação popular”. Eles apenas incorporam uma expressão já então consagrada e amplamente difundida não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina e em várias outras latitudes do Mundo.

Assim é que o “editorial” que abre *Cristianismo y Sociedad*, de 1972 escreve isto nos seus dois primeiros parágrafos.

*Educação domesticadora ou Educação para a liberdade? Que lugar ocupa a educação em nossas atuais sociedades, que estão vivendo profundos processos de transformação de todas as suas estruturas? É um instrumento de dominação; de educação e perpetuação do sistema, - de controle social, em resumo -, ou a educação está chamada a ser um dos meios mais poderosos, não somente para a mobilização popular, como para a criação de novas sociedades? Tais são os problemas que tentamos abordar através desta entrega de CRISTIANISMO Y SOCIEDAD. E o fazemos com o convencimento de que nos processos pré-revolucionários e revolucionários que vivem os nossos povos latino-americanos, entre as muitas formas possíveis de mobilização popular que estão sendo utilizadas em razão dos mesmos processos, um dos instrumentos mais poderosos para impulsioná-los será dado por uma autêntica EDUCAÇÃO POPULAR<sup>29</sup>*

Que caiba a outros, mais jovens do que eu e com maior vocação à história e até mesmo à arqueologia da educação, a busca criteriosa em documentos de época do talvez fugitivo momento inaugural em que surgirá finalmente entre nós a “educação popular”. E a história de como esta palavra dupla torna-se em pouco tempo uma expressão usual e universalmente conhecida e consagrada. Imagino que uma criteriosa pesquisa documental através de uma busca a que apenas uma fervorosa doutoranda em educação (de preferência com bolsa de estudos) se lançaria, seria a procura das “palavras geradoras” que, juntas, ou umas após as outras, surgem nos livros, artigos, mensagens,

---

<sup>29</sup> Está na página 3 de *Cristianismo y Sociedad*, ns. 29 e 30, 1972. As palavras em maiúsculas são originais do texto.

cartas e entrevistas (e elas foram inúmeras) de Paulo Freire e também de outros vários educadores latino-americanos e também africanos de sua época<sup>30</sup>.

Herdeira em linha direta da *cultura popular*, a *educação popular* será a assinatura das práticas de pedagogias emancipatórias de vocação popular a partir da segunda metade dos anos 60. Os *movimentos de cultura popular* desaparecem com a ditadura militar no Brasil, e abrem espaço ao surgimento de movimentos que, à diferença dos *MCPs* terão a sua origem entre atores das classes populares. Ou serão movimentos – em boa medida de origem cristã militante - diretamente ligados a causas e ações populares. Através deles uma “educação popular” será até o presente momento o termo empregado para qualificar diferentes alternativas de ações pedagógicas de vocação política emancipatória.

Outros qualificadores anteriores e posteriores ora serão empregados para diferenciar de forma específica uma modalidade de educação popular, como “educação de base”, “educação do campo”, “educação popular ambiental”, e ora serão empregadas para estender a esferas mais abrangentes e finalistas o “popular” da educação, como em “educação humanista” e “educação libertadora”. Creio que de forma algo semelhante, a “pedagogia do oprimido” trará um significado mais concretamente radical à sua antecedente “pedagogia crítica” (em geral escrita no plural).

Uma pesquisa mais cuidadosa poderá contradizer ou confirmar a suposição de que a expressão “educação libertadora” permanecerá como a assinatura de Paulo Freire, associada à sua “pedagogia do oprimido” e às outras que a sucederão. Se por um momento eu me atrevesse a escrever ao estilo de Eduardo Galeano, poderia poetizar estas linhas lembrando que: “o horizonte é a educação libertadora, o caminho é a educação popular e os passos que damos são com a pedagogia do oprimido”. Mas é o próprio Paulo Freire quem vai associar algumas destas palavras em uma das passagens essenciais do *Pedagogia do Oprimido*.

---

<sup>30</sup> Lembro aqui uma vez mais algo em que insisto muito. Antes mesmo depois de seu diálogo com educadores latino-americanos, Paulo Freire foi um leitor de Franz Fanon e um atento companheiro de diálogos presenciais e por escrito com educadores e com políticos revolucionários da África, como Amílcar Cabral e Samora Machel. Creio que o professor Balduino Andreola, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicou algo sobre a influência de pensadores africanos em Paulo Freire. Trago aqui um trecho de entrevista de Balduino Andreola para a revista eletrônica IHU, da UNISINOS sobre o tema.

*Para o diálogo de Freire com a África, eu me baseei, em minha tese, principalmente no livro Cartas à Guiné-Bissau; para o de Mounier, em seu livro L’veille de l’Afrique Noire. Após a defesa de minha tese, em 1985, retomei os quatro volumes das obras de Mounier, e fiz uma seleção dos textos que tratam do binômio “opressão/libertação”.*

*A pedagogia do **oprimido**, como pedagogia **humanista e libertadora**, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na **práxis**, com sua transformação; o segundo em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente **libertação**<sup>31</sup>.*

Há um dado (ou uma suspeita) que me parece importante nesta breve arqueologia em busca da inscrição de um nome. No livro *Primeiras palavras em Paulo Freire*, Ivo Dichmann e Ivânio Dickmann registram nas páginas 68, 70 e 72 passagens importantes e nem sempre lembradas de Paulo Freire. A indicação delas é de que elas foram extraídas da seguinte obra: *Quefazer, teoria e prática em Educação Popular*. No entanto este livro, artigo ou entrevista justamente não consta da bibliografia ao final do livro. E nem há qualquer sugestão sobre se seria uma obra menos conhecida do próprio Paulo Freire, ou se algum livro ou artigo com passagens suas. Se for um escrito original de Paulo Freire será o único em que estará escrita como título a “educação popular”.

Importante não esquecer que dois educadores que trabalharam diretamente com Paulo Freire, um em Genebra e na África, e o outro no Brasil, após o seu retorno do exílio substituíram a expressão “educação popular” por “educação da práxis” em alguns de seus livros. Assim, em Marcos Arruda a proposta apresentada no terceiro livro de sua essencial trilogia, vem como uma “*Educação para uma economia do amor – educação da práxis e economia solidária*”. O primeiro capítulo de seu livro é *Educação da práxis – caminho da autonomia e da solidariedade*. A expressão “educação popular” é inteiramente substituída por “educação da práxis”, e os seus fundamentos primeiros – mas nem todos, e nem as suas propostas finais – estão baseados em leituras de Marx e de Gramsci. De igual maneira, “educador da práxis” substitui “educador popular”. Moacir Gadotti publica também um livro com este nome *Educação da Práxis*

Ora, em 1979, dez anos após a publicação de *Pedagogia do oprimido* a revista *Educação e sociedade*, do Centro de Estudos de Educação e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas, publica um número com este título: *Pedagogia do oprimido – educação do colonizador*. Muito embora os seus artigos estejam dedicados a um diálogo

---

<sup>31</sup> Está na página 41 de *Pedagogia do Oprimido*, na 37ª edição, de 2002, da Editora Paz e Terra. As palavras em negrito foram grafadas por mim.

com Paulo Freire, é a expressão “educação popular” que aparecerá como um termo chave.

Isto ocorre inclusive em meu artigo na revista, quando parto de uma trilogia em que um termo é oposto aos outros dois que se complementam: *educação do sistema x educação popular + educação de classe*.

*Por consequência, o lugar da prática pedagógica popular, como trabalho simbólico de educadores-intelectuais a serviço de trabalhadores-subalternos, fica um pouco atrás da prática política de classe e ao lado de sua educação, ou seja, do ponto de vista de sua prática. Para não acabar sendo apenas uma forma mais “avançada” de educação do sistema, a educação popular deve ser um modo de participação de intelectuais-educadores na educação de classe<sup>32</sup>.*

Dos anos 70 em diante a expressão “Pedagogia do Oprimido” estará sempre vinculada em linha direta a Paulo Freire. E “Educação Popular” tenderá, repito, a tornar-se a dupla palavra geradora de ideias, propostas e práticas originadas também em boa medida em Paulo Freire. Assim, um ano após a publicação do número 3 de *Educação e Sociedade*, o mesmo CEDES edita o seu *Cadernos do CEDES ano 1, nº 1, 1980* com três artigos: *educação popular: desafios metodológicos*, de Maria Silvia Manfredi, Leila Maria da Silva Blass e Sônia P. Barros; *A educação popular numa estratégia de educação permanente*, de Alberto Melo, e *Da educação fundamental ao fundamental na educação*, de Carlos Rodrigues Brandão.

Nas três décadas dos anos 70, 80 e 90, entre o exílio de Paulo Freire e suas experiências junto a nações africanas, o seu retorno ao Brasil e a sua morte, a *educação popular* vive um largo período de vertiginosa e oscilante expansão e consolidação. Como os fatos e dados de todos estes anos e dessas décadas são bem conhecidos, quero apenas fazer referência ao que me parece mais significativo.

A *educação popular*, a *investigação-ação participativa* e da *teologia da libertação* configuram possivelmente as três vizinhas teorias e práticas que, em boa medida originárias da América Latina, espalharam-se pelo mundo e talvez por uma primeira vez representaram um aporte convergente de imaginários, ideias e ações que inverteram relações seculares. “Sulearam o mundo” (expressão cara a Paulo Freire) e

<sup>32</sup> Está na página 21 do artigo “Eva viu a luta” – algumas anotações sobre a Pedagogia do Oprimido e a Educação do Colonizador, na revista *Educação e Sociedade*, nº 3 de maio de 1979. Os gritos são do texto, em que se deve notar uma marcante influência de Pierre Bourdieu e de Antônio Gramsci.

convocaram literalmente europeus e norte-americanos a virem até aqui para dialogarem em pé de igualdade conosco. E até mesmo a aprenderem conosco.

Em poucos anos povoaram e seguem povoando e renovando cenários de ação pedagógica através da cultura e de ação cultural através de políticas de emancipação popular, tanto os livros e as ideias de Paulo Freire, quanto todo um imenso contingente de obras escritas nos mais diferentes estilos latino-americanos, ao lado de relatos de experiências, de inovações efetivas no campo da educação, de todo um novo imaginário político a partir dos movimentos populares. Imaginários de não apenas a contestação teórica (ao estilo Pierre Bourdieu), mas de oferta de alternativas de construção solidária do conhecimento (ao estilo Orlando Fals Borda), assim como de recriação de modos de crer, ser e agir entre pessoas cristãs.

E todo este acontecer de primavera ocorreu ao mesmo tempo em que boa parte de nossas universidades públicas permaneceram inteira ou parcialmente alheias à *educação popular* e à *investigação ação participativa*, com raras e corajosas exceções de estudantes e docentes, de pequenos grupos de pesquisa-estudo-ação e de faculdades de educação.

Instituições internacionais, entre a *ONU* e a *UNESCO* reconhecem na *educação popular* um aporte efetivo de grande e fecundo alcance em direção à realização de metas e propósitos que sempre estiveram passos adiante de suas próprias propostas, como no caso da *educação permanente*. Lembro que em 1982, ainda nos anos finais da ditadura militar no Chile, Marcela Gajardo ousou reunir educadores de vários recantos da América Latina em um grande e marcante *Taller sobre la Teoría y la Práctica de la Educación Popular*, sob o patrocínio (e, no caso, a proteção) de *FLACSO*, do *PIIE* e do *IDRC*, juntamente com a própria Fundação Ford. Em 1985 o próprio *CREFAL*, sob patrocínio da *UNESCO* publicou os documentos e debates do Encontro em Punta de Tralca em uma coletânea que marcaria época<sup>33</sup>.

Muitos anos mais tarde, em um dos livros mais completos e atuais sobre a *educação popular*, Alfonso Torres Carrillo relaciona na bibliografia ao final de *Educación popular – trayectoria y actualidad* cinquenta e um livros, artigos e outros documentos com o nome “educação popular”.

Relembro que no mesmo ano em que o *Governo Federal do Brasil* constituiu o professor Paulo Freire como “patrono da educação brasileira”, a *Secretaria-Geral da*

---

<sup>33</sup> *Teoría y Práctica de la Educación Popular*, compilação de Marcela Gajardo, editado por *CREFAL* na série Retablos de Papel.

*Presidência da República*, através de sua *Secretaria Nacional de Articulação Social* e de seu *Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã* estabelecem o Marco Regulatório da Educação Popular para as políticas públicas.<sup>34</sup>

De então em diante nada parece indicar que as inovações introduzidas desde os *movimentos de cultura popular* no Brasil tenham chegado a um ponto de esgotamento. Ao contrário, em um mundo em que as ditaduras militares têm sido substituídas na América Latina e em todo o Planeta por sistemas de colonização e hegemonia impostas pelo difuso poder do capitalismo, diversas teorias e práticas que associam o adjetivo “popular” a outras palavras parecem ser tão atuais e estar tão presentes quanto nos anos 60.

### **7. um dicionário e alguns espantos**

Uma leitura de alguns verbetes do *Dicionário Paulo Freire* poderia nos conduzir a perguntas entre a surpresa e o espanto. E como sou cúmplice dele, pois sou autor de alguns verbetes, me sinto bastante á vontade para expressá-las.

Em nome de que convicção ou esquecimento, a expressão sempre mais cara a Paulo Freire - *educação libertadora, educação liberadora* – não aparece como um dos verbetes de seu dicionário? Em nome de que propósito no mesmo dicionário a *educação popular* comparece com um longo e bem cuidado verbete?

Busquemos respostas, mesmo que em rascunho.

Logo no começo de *educação*, o primeiro verbete da série sobre a educação (e eles serão quatro), José Eustáquio Romão lembra que:

*Para Paulo Freire, não existe educação, mas educações, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Basicamente, as várias “educações” se resumem a duas: uma que ele chamou de “bancária”, que torna as pessoas menos humanas, porque alienadas, dominadas e oprimidas; e outra, libertadora, que faz com que elas deixem de ser o que são para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas. A primeira é formulada e implementada pelos(as) que têm projetos de dominação de outrem;*

---

<sup>34</sup> A escolha de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira foi publicada no Diário Oficial da União em decreto de 16 de abril de 2012. O “Marco Regulatório” é de 2014. O último item deste estudo o abordará.

*a segunda deve ser desenvolvida pelos(as) que querem a libertação de toda a humanidade<sup>35</sup>.*

Ora, se a “outra” é a *educação libertadora*, porque logo a seguir não existe um verbete longo e esclarecedor sobre como Paulo Freire a pensou, e sobre como ao longo do tempo ela se transformou, uma vez que no heraclítico Paulo Freire nada permanece no que é, mas naquilo que está sendo para tender ao que deverá ser?

Uma resposta poderia estar no verbete seguinte: *educação bancária/educação humanizadora*. Neste verbete Jerônimo Sartori opõe a uma *educação bancária* as três vocações de educações estabelecidas por Paulo Freire ao longo de sua obra: *educação libertadora*, *educação humanizadora*, *educação problematizadora*. No entanto é necessário recordarmos que, sempre resistente a falar e escrever *educação popular*, Paulo Freire reconhecia na libertação do oprimido o foco de seu projeto pedagógico. Assim, em termos mais radicalmente sociais e políticos era este o mais lembrado qualificador do que ele opunha a uma *educação bancária*. A meu ver, *educação problematizadora* representava uma dimensão propriamente pedagógica de sua proposta. *Educação humanizadora* a dimensão mais filosoficamente finalista. Uma dimensão problematizadora na educação serve pedagogicamente a libertar, primeiro consciências, depois, pessoas-sujeitos e, finalmente, sociedades e a humanidade. Assim *educação libertadora* representaria a sua vocação mais aguerridamente política, e popular e politicamente militante.

Em seu verbete sobre a *educação popular* Conceição Paludo busca uma síntese entre as duas alternativas de qualificadores. Um deles foi aquele que Paulo Freire cunhou desde cedo e que o acompanhou sempre: “libertadora”; o outro, aquele quase estranho em sua gramática e que, no entanto, uma vez consagrado e amplamente aceito e difundido, uniu a ele e através dele as idéias e práticas através das quais Paulo Freire, um educador popular e libertador, tornou-se uma pessoa que mereceu e segue merecendo bem mais do que um simples dicionário.

*Em síntese, para Freire, a expressão educação popular designa a educação feita com o povo, com os oprimidos, ou com as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação: a educação Libertadora, que é, ao mesmo tempo, gnosiológica, política, ética e estética (Freire, 1997). Esta educação, orientada para a*

---

<sup>35</sup> Está na página 133 do Dicionário Paulo Freire.

*transformação da sociedade, exige que se parta do contexto concreto/vivido para se chegar ao contexto teórico, o eu requer a curiosidade epistemológica, a rigorosidade, a criatividade, o diálogo, a vivência, a práxis e o protagonismo dos sujeitos (Freire, 1995) <sup>36</sup>.*

### **8. De volta às origens?**

Antes de encerrar este escrito uma outra inovação vinda também do Brasil deve nos prender por um momento a atenção. Também na educação bem sabemos que aqui e ali a história gosta de dar suas voltas e retornar, com outros nomes e propósitos, a algumas palavras e ideias de “outros tempos”.

Relembro fatos. Entre os dias entre 27 e 30 de julho de 1998 realizou-se na cidade de Luziânia, no Centro-Oeste do Brasil, uma *Iª Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo*. A Conferência, patrocinada por instituições nacionais internacionais, entre a UNESCO, a UNICEF, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Universidade de Brasília e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, instituiu uma nova “educação básica do campo”, por oposição direta à tradicional e oficial (pública) “educação rural”. Ora em seu documento final a Conferência evita a expressão “educação popular”, muito embora o teor de seu imaginário e de suas propostas estejam do começo ao final empapados por palavras e ideias construídas ao longo de um pouco mais de cinquenta anos da *educação popular*.

Paulo Freire é um educador citado de passagem em duas linhas de nota de rodapé. E mesmo no *Documento Final da Conferência* tanto a sua proposta de uma *educação libertadora* quanto a simples menção à todo o percurso da *educação popular* ao longo das décadas que antecederam a Conferência são criteriosamente evitados.

De igual maneira, no essencial *Dicionário da educação do Campo*, coordenado por Roseli Caldart e outras pessoas vinculadas a movimentos populares ou ao mundo da universidade, as “educações” consideradas como de vocação emancipatória e popular aparecem nos seguintes verbetes: *educação básica do campo*; *educação de jovens e adultos – EJA*; *educação do campo* (que anos mais tarde substitui a “educação básica do campo”, ampliando o seu campo de ação); *educação omnilateral*; *educação popular*.

---

<sup>36</sup> Página 141 do mesmo *Dicionário*. Observar que é a única vez em que “Libertadora” aparece com inicial maiúscula.

Uma primeira leitura em documentos provenientes de encontros, conferências e escritos sobre a *educação do campo* deixa claro que esta proposta, surgida já entre os anos finais do século XX e o começo do século XXI, almeja atualizar sobre uma matriz claramente *dialética* (tanto quanto ela é *dialógica* na *educação popular*), fortemente classista em uma gramática revolucionária, e com fundamentos teóricos e metodológicos assumidamente marxistas - inclusive a partir de releituras de educadores comunistas do passado – a tradição latino-americana da *educação popular*.

No entanto, por debaixo de alguns apagamentos que as próprias lógicas e contradições das teorias, políticas e práticas da educação se ocupam em explicar, todo o ideário de uma educação popular fiel aos seus ideários de origem está ainda presente, mesmo quando recriado, no recente projeto popular de uma educação do campo<sup>37</sup>.

Tanto verbetes do *Dicionário da Educação do Campo*, quanto documentos prévios de encontros e congressos que geraram primeiro uma *educação básica do campo* e, depois, como uma nova matriz de construção popular de saberes e de criação de uma educação, a *educação do campo*, convergem em se colocarem contra as “educações” de vocação hegemonicamente capitalista, assim como à tradicional educação rural oferecida através de escolas públicas como educação rural. Sem se colocarem de forma aberta em posição de crítica à *educação popular* (que tem um verbete no dicionário assinado por Conceição Paludo) uma nova e aguerrida *educação do campo* é proposta como alternativa para a articulação de teorias e uma nova proposta de práticas que a afirmem como uma modalidade contra-hegemônica e emancipatória que venha a renovar, na aurora dos anos 2000, a força de pensamento e o poder emancipador de ações populares que talvez ao longo dos anos a *educação popular* tenha pelo menos me parte perdido.

Pessoalmente não concordo com esta premissa – se é que ela existe de fato – e considero a proposta nascente de uma *educação do campo* como uma alternativa em seu tempo da própria *educação popular*. Afinal, não lutemos entre nós por minúcias acadêmicas de palavras quando há tanto “trabalho de campo” a realizar.

## **9. A educação popular... afinal “oficial”**

---

<sup>37</sup> A quem interesse um aprofundamento comparativo, recomendo a leitura de verbetes cruzados de dois dicionários publicados em Português. O *Dicionário Paulo Freire*, organizado por Danilo Streck, Euclides Redin e Jaime José Zitkoski, publicado pela Editora e já a caminho de sua 3ª edição, e o mais recente *Dicionário da Educação do Campo*, organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto, e publicado pela Editora Expressão Popular em coedição com a FIOCRUZ e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Paulo Freire e sua equipe pioneira haviam sido convidados pelo Ministério da Educação, a partir da experiência de Angicos, com o “Método Paulo Freire de Alfabetização” para implementarem uma *Campanha Nacional de Alfabetização*. Sabemos que entre o convite e o início da “Campanha” ocorreu o golpe militar no Brasil. Paulo Freire é um dos primeiros procurados e presos. Sabemos já que ele se exila com a família no Chile e entre este país e a sua breve estada nos Estados Unidos da América do Norte escreve *Pedagogia do Oprimido*. Relembro fatos conhecidos para lembrar também que cinquenta anos depois, o Governo Federal, então vinculado ao Partido dos Trabalhadores, lança um *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*. Esta iniciativa governamental rara, ou possivelmente única na América Latina de agora, é uma iniciativa da *Secretaria-Geral da Presidência da República*, através de sua *Secretaria Nacional de Articulação Social* e, em linha direta, através do seu *Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã*.

Devemos notar que a iniciativa não parte do *Ministério da Educação*, embora entre os representantes oficiais do Governo Federal haja uma pessoa do MEC. Dentre os representantes de universidades e da sociedade civil, há educadores de apenas quatro universidades: a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, e a Universidade Católica de Brasília. Não há representantes das duas universidades em que Paulo Freire trabalhou em sua volta do exílio. Também não consta da relação de participantes nenhum educador “dos anos sessenta” ainda vivo e ativo.

Paulo Freire havia sido no ano anterior eleito como “Patrono da Educação Brasileira”. Todo o *Marco de Referência* está estabelecido sobre idéias e propostas pedagógicas de Paulo Freire. Assim é que fora o seu nome, apenas o de um outro educador (mas não filósofo ou cientista social) mencionado é Oscar Jara<sup>38</sup>.

O regate oficial da *Educação Popular* (escrita com iniciais maiúsculas em todo o documento) é feito da seguinte maneira.

---

<sup>38</sup> Eis a menção: *Para Oscar Jara sistematizar é: “apropriar-se da experiência e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido. Interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram deste modo”*. A indicação do livro é: *Para sistematizar experiências*, publicado em 1996 pela Editora da Universidade Federal da Bahia. Como a cópia do *Marco de Referência*, obtida por consulta eletrônica não tem número de páginas, eu mesmo as numerei. A citação de Jara está na página 28.

*A Educação Popular tem um longo percurso no Brasil, a partir de um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas universidades, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos, como também em experiências que se realizaram no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal.*

*Dos 50 anos da experiência de alfabetização de Angicos-RN, em 1963, desenvolvida por Paulo Freire, aos debates atuais, muitas experiências, práticas e reflexões teóricas se acumularam e se produziram, no campo social e nos espaços institucionais, consolidando, além de um campo do conhecimento, uma perspectiva e concepção de educação emancipatória, profundamente ligada à realidade do povo brasileiro e da América Latina. (página 4)*

Seguindo a trilha de outras iniciativas da *Secretaria Nacional de Articulação Social* o propósito do *Marco de Referência* é o estabelecimento de alternativas de diálogo e de ações conjuntas envolvendo unidades governamentais – em suas três esferas, no caso brasileiro – e as mais diferentes instituições da sociedade civil. Em todas as páginas do documento instituições representantes do mundo empresarial não são mencionadas. Assim, na apresentação do documento, assinada pelo ministro Gilberto Carvalho, desta maneira se apresenta o *Marco*.

*Este Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do Governo Federal. Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas da Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias. Para sua concretização, coloca-se um desafio para todos os setores e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação de em todas as políticas públicas. (página 4).*

Em seu âmbito de atuação e, acredito, enfrentando reservas do Ministério da Educação e, sobretudo, de boa parte das universidades públicas brasileiras - o *Marco de Referência* se apresenta como exatamente “um documento de referência”. Ele não decreta uma política de educação (e nem seria a competência de sua Secretaria), não objetiva tornar-se um “*tratado sobre educação popular*”, não se dirige com preferência a profissionais da educação, mas a educadores populares no sentido que resgata de Paulo Freire. E, mais do que tudo, almeja constituir-se como um documento que venha a “*apontar referências fundamentais para a Política Nacional de Educação Popular*”.

E é esta “política nacional” que o documento tenta explicitar, resgatando propostas freireanas da *educação popular* e buscando trazer esta educação-de-movimentos-sociais para os desafios do tempo presente.

Assim é que dirigindo-se todo o tempo a setores populares e, concretamente, a pessoas, grupos e instituições a eles vinculados através dos mais diversos propósitos e projetos de empoderamento popular, o *Marco de Referência* assume como a tarefa de uma educação-popular-de-agora o fazer-se estar destinada a “*fortalecer a participação, a cidadania e a conquista de direitos no Brasil*”(página 6). Em seu nome, oficialmente uma “Política Nacional de Educação Popular” está sob a coordenação governamental do *Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã*, e seu propósito é *fomentar uma “educação para a cidadania ativa”* (página 11).

Não pretendo de modo algum estender-me em considerações mais densas e abrangentes, em um escrito que já anda bem além do número de páginas com que o imaginei ao começá-lo. Mas dado que estamos diante de um documento governamental que por uma primeira vez a nível nacional reconhece a *educação popular*, e a estabelece como algo mais do que apenas um instrumento de ação político-partidária, recorro que apesar de aportar avanços inegáveis diante de praticamente tudo o que se pensou como educação no Brasil, para ser um documento de *educação popular* fiel da primeira à última página ao “espírito de Paulo Freire”, estão ainda ausentes dele justamente alguns dos imaginários, das ideias e das propostas concretas. Projetos de ação cultural e práticas pedagógicas de vocação política em que “direitos”, “cidadania”, “emancipação” e outras palavras semelhantes estavam organicamente associadas a processos de transformação de estruturas das sociedades sem as quais, ao ver de Paulo Freire e de sua *Pedagogia do Oprimido*, avanços emancipatórios são apenas um caminhar por uma estrada que para no meio do caminho.

A *educação popular* foi criada e se tornou uma das modalidades de pensar e agir através da ação pedagógica que, não esquecer, atraiu sobre seus praticantes repressões, mortes, torturas, prisões e exílios, justamente porque partia do princípio de que o seu horizonte está no “inédito viável” de transformação de pessoas que sejam capazes de, juntas, transformarem de forma radical e humanizadora o mundo social em que vivem.

Claro, podemos imaginar que “na atual conjuntura” os passos possíveis de uma trajetória popular e emancipatória seriam demarcados por conquistas que levassem o povo e o país a passar de uma democracia passiva a uma democracia ativa. O que seria já um avanço bastante grande em termos de conquista de uma efetiva e plural cidadania. Mas acredito que em um documento que instaura uma política pública a partir do marco da *educação popular*, os passos seguintes aos agora “possíveis” deveriam estar pelo menos desenhados como um inédito e realisticamente viável horizonte de chegada.

Noto ainda que apesar de mencionar de passagem o *Fórum Nacional de Educação do Campo* (página 9), em momento algum o *Marco de Referência* dialoga com a proposta de uma *educação do campo*. Lembro o item anterior e recorro o teor de sua proposta, pensada também como uma frente de luta a partir de uma outra *educação do* (e não “no”) *campo*.

Esta é uma estranha omissão, ou um não pequeno esquecimento. Pois poucos anos antes de 2014 outras instituições de fórum popular, contando com a presença e o apoio de órgãos públicos, lançaram nacionalmente uma nova educação. A leitura comparada dos documentos de uma e da outra deverá deixar claro que entre as duas não existe uma relação de oposição. Antes pelo contrário, com algumas nuances de gramáticas diversas, ambas parecem apontar para alternativas de ação popular e para horizontes que se estendem a algo mais do que alguma relativa, parcial e desigual emancipação social.

## ***10. como um gesto de despedida***

Aqui encerro. Ia pesquisar muito e investiguei pouco. Ia falar pouco e escrevi muito. Bem sei que este estudo sumário por certo não foi suficiente e ousado o bastante para vislumbrar o tempo-e-lugar em que por uma primeira vez as palavras “educação” e “popular” uniram-se para construir o que entre nós é algo mais do que apenas uma

outra corrente de educação. Algo que sonhamos ser um sopro de renovação em, sobre e entre todas elas.

Quase logrou esta breve pesquisa aprofundar também alguns tempos e espaços em que de uma forma ousada outras duas palavras se associaram – “pedagogia” e “oprimido” – para, de igual maneira e quase ao mesmo tempo sacudirem a inércia acadêmica de todas as outras pedagogias. Em uma direção e na outra, que as palavras e os silêncios deste estudo precário pelo menos suscitem entre outras pessoas, mais jovens e mais ousadas, um ir-mais-a-fundo do que logrei até aqui.

Comecei esta pesquisa buscando e não encontrando o momento e o documento em que por uma primeira vez “educação” e “popular” se encontraram para formarem juntas a palavra que nos une aqui. Terminei com um documento oficial do Governo Brasileiro em que uma *educação popular de tradição freireana* é tornada uma política pública.

Comecei este estudo dedicando-o a Oscar Jara e desafiando-o a que, com mais tempo, recursos e sabedoria do que eu, prossiga esta pesquisa. Ensaio deixar aos seus cuidados o aprofundar este escrito, já que ele surgiu de uma pergunta sua. Eu a li, trabalhei sobre ela e agora a devolvo.

Mas antes de me despedir dele e de quem me leia, relembro aqui uma passagem de um livro seu bastante recente. E o faço porque nela algumas das palavras que encontramos separadas aparecem agora próximas, ou mesmo juntas.

*As origens de uma nova noção de educação popular são gestadas no Brasil com as experiências do Movimento de Educação de Base e os Centros Populares de Cultura, desde cuja prática e proposta Paulo Freire formula uma filosofia educativa que projeta estabelecer uma renovadora forma de estabelecer as relações entre o ser humano – sociedade – cultura e educação; com o conceito de “conscientização” como símbolo principal e contra uma “educação bancária e domesticadora”, surge assim a noção de uma “pedagogia libertadora” (no original, liberadora) <sup>39</sup>*

---

<sup>39</sup> Oscar Jara Holliday, *La sistematización de experiencias – práctica y teoría para otros mundos posibles*, pg. 65. Grifos do autor.

## ***11. Documentos lidos e citados***

ARRUDA, Marcos

Educação para uma economia do amor – educação da práxis e economia solidária  
2009, Editora Ideias e Letras, Aparecida

ARY, Zaíra

***Uma experiência de educação popular: Centro de Cultura D. Olegarinha.***

s.d. Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife

BARREIRO, Júlio

***Educación popular y proceso de concientización***

1974, Siglo XXI Editores, Buenos Aires

BARREIRO, Júlio

***Educação popular e processo de consciencialização***

1978, Livros Horizonte, Lisboa

BARREIRO, Júlio.

***Educação popular e conscientização***

1980, Editora VOZES, Petrópolis

BEZERRA, Aída

***As atividades em educação popular***

1978, Suplemento CEI, n. 22

BIEGESEL, Celso de Rui

***Política e educação popular – a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil***

1982, Editora Ática, São Paulo

BOAL, Augusto

***Teatro do Oprimido – e outras poéticas políticas***

2013, Editora Cosac Naifi, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***“Eva viu a luta” – algumas anotações sobre a Pedagogia do Oprimido e a Educação do Colonizador***

Educação e Sociedade, nº 3, de maio de 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***O que é o Método Paulo Freire***

1982, Editora Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***Paulo Freire - cultura, educação e universidade***

2014, texto inédito, Campinas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.)

***A questão política da educação popular***

1980, Editora Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***A cultura do povo, a prática de classe – 7 canções de militância***

1980, Anais da 1ª Conferência Nacional de Educação, São Paulo

BRITO, Jomard Muniz de

***Educação de adultos e unificação da cultura***

In: Cultura popular educação popular, op. cit.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil Pereira, ALENTEJANO e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.)

***Dicionário da Educação do Campo***

2012, Editora Expressão Popular, FIOCRUZ, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo

***CAMPANHA de Educação Popular [da Paraíba]***

***Livro de leituras e exercícios***

1963, sem indicações, João Pessoa

CARDOSO, Aurenice

***Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire***

In: Cultura popular educação popular, op. cit.

COSTA, Beatriz Bebiano

***Para entender uma prática em educação popular***

1981, Editora VOZES e NOVA, Petrópolis

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ

***Marco de referência da Educação Popular para as políticas públicas***

2014, Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Articulação Social, Brasília (cópia de site governamental)

DICHMANN, Ivo e DICKMANN, Ivânio (orgs.)

***Primeiras palavras em Paulo Freire***

2008, Editora Battistel, Passo Fundo

FÁVERO, Osmar

***Cultura Popular educação popular – memória dos anos 60***

1983, Edições GRAAL, Rio de Janeiro

(em outras citações aparecerá como: *Cultura popular educação popular*)

FREIRE, Paulo

***Educação como prática da liberdade***

1983, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983

FREIRE, Paulo

***Quefazer, teoria e prática em Educação Popular***

(texto atribuído a Paulo Freire em Primeiras palavras em Paulo Freire

Sem indicações de origem bibliográfica)

FREIRE, Paulo

***Pedagogia do Oprimido***

2002, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 37ª edição

FREIRE, Paulo

***Pedagogia do Oprimido – o manuscrito***

2013, Instituto Paulo Freire, UNINOVE, Ministério da Educação

FREIRE, Paulo,

***Quatro cartas aos animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe***

In: A questão política da educação popular - op. Cit.

FREIRE, Paulo

***Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido***

2005, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 12ª edição

FREIRE, Paulo

***Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo***

In: *Cultura popular educação popular*, op. cit.

FREIRE, Paulo

***Pedagogia da Autonomia***

2003, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 25ª edição

FREIRE, Paulo

***Pedagogia da Indignação***

2014, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro

FREIRE, Paulo

***Pedagogia dos sonhos possíveis***

2001, Editora da UNESP, São Paulo

FREIRE, Paulo

***Paulo Freire – educación para um despertar de la consciência***

*Entrevista em Cristianismo y Sociedad*, 1972, número 29/30, ano X

FURTER, Pierre

***Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro***

Estudos Universitários, Univ. do Recife, número 4, 1964

GADOTTI, Moacir

***Pedagogia da Práxis***

1998, Editora Cortez, São Paulo

GAJARDO, Marcela (org.)

***Teoría y Práctica de la Educación Popular***

1985, PREDE/OEA, IDRC, Pátzcuaro

HERNANDEZ, Isabel

***Saber popular y educación em América Latina.***

1985, CEAAL, Buenos Aires

JARA, Oscar Holliday

***La sistematización de experiencias – práctica y teoría para otros mundos posibles***

2014, CEAAL, PDTG, Lima

JARA, Oscar Holliday

***Para sistematizar experiências***

1996, Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador

KOLLING, Edgar Jorge, NERY, Irmã, MOLINA, Mônica Castagna (orgs.)

***Por uma educação básica do campo***

1999, Editora da Universidade de Brasília, Brasília

KREUTZ, Lúcio

***Os movimentos de educação popular no Brasil -1961-64***

1979, Fundação Getúlio Vargas, 1979

LANDIN, Raul Filho

***Educação e conscientização***

texto de estudo do MEB - 1963

In: *cultura popular educação popular*, op. cit.

LEITE, Lilia Chiappini Moraes

***Encontro com Paulo Freire - entrevista***

Educação e Sociedade n° 3, de 1979.

MACIEL, Jarbas

***Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação***

In: *Cultura popular educação popular*, op. cit.

MANFREDI, Maria Silvia

***Política e educação popular – experiências de alfabetização no Brasil com o método Paulo Freire***

1981, Editora Cortez/Autores Associados, São Paulo

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE*****Animação Popular***

In: *cultura popular e educação popular* op. cit.

NETO, Crispiniano

***Nossa Segunda Semana de Arte e Filosofia – programa oficial***

s/d, ASTECAM, Mossoró

*PAIVA, Vanilda*

***Educação Popular e educação de adultos – contribuição à história da educação no Brasil***

1973, Temas Brasileiros, 2, São Paulo

PAIVA, Vanilda (org.)

***Perspectivas e dilemas da educação popular***

1984, Edições GRAAL, Rio de Janeiro

***Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo.***

*Convocatoria* em Cristianismo y Sociedad, 1972, número 29/30, ano X

***Relatório da Comissão de Estudos sobre alfabetização – 1, Alfabetização e Cultura Popular***

Parte do documento: *Resoluções do Iº Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*

1963, Recife

in. *Cultura popular educação popular*, op. cit.

STRECK, Danilo, REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (orgs)

***Dicionário Paulo Freire***

2010, Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2ª edição

TORRES, Alfonso Carrillo

*Educacion popular – trayctória y actualidad*

2011, Universidad Bolivariana de Venezuela, Caracas

WANDERLEY, Luiz Eduardo W

*Educar para transformar: educação popular – Igreja Católica – política no Movimento de Educação de Base (MEB) – 1961-1965*

1982, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo

*Escrito em primeira mão por Carlos Rodrigues Brandão*

*Em Campinas, em agosto de 2015*

*Re-escrito em nova mão por Oscar Jara Holliday*

*Em*